

ACTA N.º 6/2004

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUATRO

Aos vinte e sete dias do mês de Dezembro de dois mil e quatro, nesta Vila de Barrancos e Salão Nobre dos Paços do Município, sendo dezoito horas, estando presentes os senhores, José Carlos Fernandes Durão, presidente, Mário Francisco Álvares Cavaco, 1.º secretário, Carla Elisa Bergano Gomes Pica, 2.º secretário, António Elói Pereira de Azevedo (CDU), Domingos Maria Ruivo Pica (PS), João António Carvalho Gonçalves (CDU), Rosa Jordão Sezinando Ramos Pinto (PS), Francisco António Florido Côco Oliveira (CDU), Manuel Torrado Marcelo (PS), Filipe José Barrocal Marcelo (PS), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), João Carlos Valério Torrado (PS), Marisa da Conceição Gonçalves Ramos (CDU), André Elvira Carvalho (CDU e presidente da Junta de Freguesia de Barrancos), comigo, Manuel Damião Godinho, chefe da secção de pessoal, expediente geral e arquivo da divisão administrativa e financeira, servindo de secretário, teve lugar a quinta sessão ordinária deste órgão deliberativo, convocada pelo Edital n.º 23/2004, de 20 de Dezembro.

PRESENCAS DOS MEMBROS DA CÂMARA: Registou-se a presença, do senhor presidente, Nelson José Costa Berjano, do senhor vice-presidente, Francisco José Nunes Gabriel Bossa e dos senhores vereadores (as), Dalila Maria Alcario Lopes (PS), Isabel Catarina Caçador Sabino (CDU) e Manuel Fernandes Charrama (CDU).

FALTAS: Registram-se as faltas dos membros da CDU, Susana Maria Durão Bergano e Manuel Baleizão Chamorro.

ABERTURA DA SESSÃO: O senhor presidente da mesa, depois de verificar as presenças dos membros da assembleia e da câmara municipal, declarou aberta a sessão.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO DE 30/09/2004 (ORDINÁRIA) E DA ACTA DA SESSÃO DE 29/11/2004 (EXTRAORDINÁRIA): As actas das sessões de 30/09/2004 (ordinária) e de 29/11/2004 (extraordinária), foram aprovadas por unanimidade.

2 - EXPEDIENTE DIVERSO: Fica registado em acta o expediente abaixo indicado, o qual se encontra disponível para consulta nos respectivos arquivos:

- a) Do ofício n.º 118/2004, de 29/09/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Envio de Boletim n.º 128 da ANMP;
- b) Da circ. n.º 132/04, de 25/10/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Informação sobre a Lei n.º 12/2004, de 30/03;
- c) Da circ. n.º 128 de 18/10/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2005;
- d) Da circ. n.º 131 de 22/10/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Desmentir o Diário Económico;
- e) Da circ. n.º 532/DASC, de 10/10/2004, da C Municipal de Barrancos – Assunto: Cerimónia de Entrega de Prémios de Mérito aos Melhores Alunos da EBI de Barrancos – Ano Lectivo - 2003/2004;
- f) Da circ. n.º 125 de 18/10/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Ficha Técnica da Habitação – Fixação das Taxas Municipais;
- g) Da circ. n.º 113 de 20/09/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Lei Quadro dos Museus Portugueses;
- h) Da circ. n.º 136 de 28/10/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Orçamento de Estado para 2005;
- i) Da circ. n.º 135 de 28/10/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Boletim ANMP n.º 129;
- j) Da circ. n.º 142 de 12/11/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Quebra de Cobrança de Sisa em 2003;
- k) Da circ. n.º 143 de 17/11/2004, da Associação nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Comunicado de Imprensa;
- l) Da circ. n.º 145 de 19/11/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Encontro/Debate – Propostas Legislativas da Comissão Europeia para a Reforma da Política de Coesão: 2007 - 2013;
- m) Da circ. n.º 147 de 24/11/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Parcerias Público-Privadas – Novos Instrumentos de Gestão;
- n) Da circ. n.º 148 de 29/11/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Envio de Boletim n.º 130 da ANMP;
- o) Da circ. n.º 920-G/1-144 de 29/11/2004, da Assembleia Distrital de Beja – Assunto: Convocatória da Sessão Ordinária da Assembleia Distrital de Beja, 14/12/2004;
- p) Do ofício n.º 126 de 02/12/2004, da Assembleia Municipal de Bragança – Assunto: Processo Legislativo e Político de Criação das Novas Comunidades Administrativas;
- q) Da circ. n.º 156 de 10/12/2004, da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Assunto: Alargamento no Acesso ao Crédito – Programa Interreg III;

Ainda, relativamente ao expediente, o senhor presidente deu conhecimento aos membros da assembleia municipal da carta de 08/12/2004, do membro António Eloi, solicitando o "agendamento de um ponto na Ordem de Trabalhos para Análise da Situação Política".

Mais, deu conhecimento que o assunto solicitado pelo membro António Eloi, ia ser posto a consideração da assembleia municipal, mas que, no entanto, por questões regimentais, o solicitado, deveria ser integrado neste período, ou seja, Antes da Ordem de Dia.

Posto o assunto à consideração e não tendo registado qualquer objecção e/ou sugestão por parte dos membros presentes, o senhor presidente passou a palavra ao membro António Eloi, para proceder à intervenção solicitada, que abaixo se transcreve na íntegra:

"TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO POLÍTICA: *Vivemos tempos complicados.*

A reeleição de George Bush significa um continuar do empobrecimento dos Estados Unidos (hoje o país com maior dívida do mundo) do enriquecimento das multinacionais, do aumento dos focos de conflito e intolerância, assim como de políticas unilaterais, ao arrepio da solidariedade internacional e planetária.

A intolerância, sobretudo a animada pelo islamismo radical, é outro dos focos de conflito e preocupação sobretudo pelo seu alastramento colocar em questão direitos civis e liberdades públicas, no quadro de necessária opções securitárias, que nem sempre observam a legalidade democrática. A intolerância também vai singrando nos discursos de outras correntes religiosas, seja nas que animam o estado de Israel, o Vaticano ou o Evangelismo dominante da Casa Branca.

A juntar a estes dois elementos sendo paralelo a este conflito entre poderes (o estado das multinacionais versus a religião tornada estado) vemos o crescente poder económico de um país sem liberdades públicas, nos antípodas de qualquer lógica de mercado, que desenvolve com maior selvajaria a economia capitalista e que vai lenta e insidiosamente invadindo e controlando os mercados incapazes de para este totalitarismo de produção e centralismo de poder encontrar antídoto. Falo da China e vejo o horizonte.

Face a este quadro pouco animador e num quadro de complexos desafios a União Europeia mostra-se sem liderança, incapaz de articulação de políticas e dilacerada por quisticúluncas irrelevantes. Penso que com a aprovação da Constituição e a abertura da adesão à Turquia, a EU poderia constituir-se um polo de capacidades e energias que invertesse o actual descalabro mundial.

Sou absolutamente favorável a mais Europa e contra quaisquer dogmatismos espúrios de pretensa defesa nacional, espúrios no quadro em que o Estado Nação se desvanece e só é susceptível de se afirmar pela cultura e factores de identidade e renovação permanente desta.

Defendo, se se vier a realizar um claro sim ao projecto de tratado constitucional embora, para mim não vá suficientemente longe na construção de um poder federal europeu.

Vivemos tempos complicados.

Seria necessário ir aos textos de Antero de Quental e nomeadamente ao famoso "Causas da Decadência dos povos peninsulares" para analisar o actual estado do nosso país, hoje infelizmente dissociado do estado Espanhol, onde a sociedade civil, a economia, os costumes e a cultura, para além dos níveis de organização política parecem a olho nú a anos luz dos nossos e cada vez criando maior avanço em relação ao que se passa neste canto extremo.

Se até ao início dos anos 90 parecíamos bem encaminhados no sentido de superar as diferenças que nos separavam da Europa, a partir da 2ª legislatura de Cavaco Silva continuada, em moldes diversos pelos Governos de Guterres (se bem que inicialmente e até ao queijo limiano aparecer em cena se tivesse vislumbrado um resquício de ideias) o abismo que nos separa da sustentabilidade do desenvolvimento têm-se vindo a ampliar, por total ausência de desígnio nacional, de formulação de objectivos para a sociedade e economia que não fossem o arrastar atrás de um comboio de fundos investidos sem eira nem nexa.

Embora não me tenha envolvido na sua campanha pareceu-me que Durão Barroso (após a inesquecível fuga do Eng.º.) poderia alterar as coisas e apelei ao voto nas suas listas.

Sucessivamente, sendo que desde logo o envolvimento com o CDS me mereceu reparos, embora tivesse concluído algumas reformas (lei das rendas, projectos de financiamento das scuts, criação de sistema de tratamento de resíduos industriais) positivas, a sua fuga na sequência de tremenda derrota eleitoral, em eleições em que tive o prazer de colaborar na eleição de um eurodeputado, fuga talvez inspirada na do seu antecessor, o inenarrável personagem, o sr. Lopes, que lhe sucedeu acabou de conduzir este país, a sua economia e sociedade a um estado catalítico e pré comatoso.

Dessa fuga e do caricato processo em que um Presidente enredado em gongorismo despoletou em Dezembro resultou desde logo uma perda significativa para o poder local.

A urgente e necessária reforma do sistema político eleitoral para as Câmaras Municipais (a supressão do sistema de dois órgãos) irá continuar adiada, quando manifestamente já ninguém lhe dá crédito e sobretudo não permite uma lógica de legitimação permanente.

Sendo que também a limitação dos mandatos autárquicos continuará adiada para as calendas.

Vou envolver-me no actual processo eleitoral, da forma que entendo melhor corresponder aos interesses nacionais e no quadro do que me parece serem os mais qualificados candidatos a representantes do povo.

Não me merecem qualquer simpatia regressos à pré-história (de apoiantes dos piores regimes à face da terra) protagonizados por pretensos operários, assim como me dão asco incapazes figurantes de revistas sociais que não foram capazes de passar dois dias no governo sem se contradizer o dobro das vezes.

Se bem que resíduos da tralha Guterrista não me mereçam sombra de apreço considero que é em torno do Partido Socialista que é possível recuperar alguma sombra de credibilidade institucional.

E embora pense que o arejamento e a evolução dos tempos ainda não tenham soprado por blocos feitos à Esquerda, caso fosse eleitor em Lisboa ou Porto consideraria o apoio a esse.

E tudo isto para chegar aqui, e peço desculpa pelo tempo que já tomei, mas é com grande probabilidade uma das minhas últimas intervenções nesta Assembleia.

E chego à política local.

Faltam 8, 9 meses para a campanha eleitoral.

Faltam 3, 4 meses para se definirem as listas eleitorais.

Conforme referi, sendo esta uma das minhas últimas intervenções, aqui deixo um balanço e aqui faço um diagnóstico.

E enquadro o compromisso que continuarei com o nosso povo.

Tendo no quadro de um convite pessoal do anterior Presidente e após consulta aos membros mais próximos da minha família, que vivem e trabalham na nossa terra, aceitando o compromisso de a representar eleitoralmente, com a aceitação desse colectivo, fui eleito pela CDU deputado municipal.

Apresentei propostas próprias, no quadro da lógica que teria sido executada em caso de outro desenrolar eleitoral, que implicariam alterações substanciais em relação a anteriores práticas.

Mantive-me vigilante seja na Assembleia Municipal seja em tão constantes, quanto compromissos profissionais e problemas familiares mo permitiram, visitas a obras e manutenção de contacto com os serviços municipais para acompanhamento dos diversos projectos em curso.

Em todas as assembleias levantei questões que achei oportunas e procurei apresentar propostas que levassem a modificação do curso de execução executiva e nomeadamente promovessem o que considero o projecto fundamental do colectivo que é Barrancos.

Cultura, Sociedade e Economia.

Fiz participações ao IGAT, ao Provedor de Justiça e ao Tribunal de Contas e à CDAPA e tirando o IGAT que, erradamente, do meu ponto de vista, não as considerou folgo em ter respostas positivas a requerimentos que a essas entidades apresentei.

E referi, e aqui o reafirmo a minha discordância com o actual modelo de gestão autárquico (de onde o meu interesse na legislação que estava em discussão no Parlamento) e o meu empenho em novas formas de participação, na linha dos compromissos sociais que presidem aos fóruns sociais mundiais e aos quadros das agendas de participação local.

Considero que a alteração do desenho concelhio global do nosso país, mais cedo ou mais tarde irá prejudicar a continuidade do nosso concelho e considero que só com base num projecto claro que estabeleça linhas de identidade socio-culturais alicerçadas num valorizar de elementos económicos endógenos nos permitirá afirmação enquanto comunidade.

Defendo que essa é incompatível com a continuação da interferência dos partidos políticos no governo autárquico.

Considero aliás, como tem vindo a ser provado à sociedade que os governos locais, nas mãos de caciques partidários, ligados mais ou menos a máfias de empreiteiros e clubes de futebol são os grandes expoentes do aviltamento da vida cívica e do abastecimento dos partidos, convertidos em centros de tráfico de influências. Dos partidos, de todos eles.

Se bem que zonas marginais em termos de orçamentos, como grande parte do interior sejam exteriores a essas lógicas há que denunciá-las e procurar, a partir dessas ou nessas fazer pedagogia cívica e procurar pôr em prática os princípios de sã gestão social.

Não voltarei, a nível local, a candidatar-me com a bandeira de nenhum partido político. Penso que em Barrancos haveria todas as condições para o surgimento de uma lista cívica que rompe-se com a ditadura partidocrática sobre a gestão local.

Seria uma novidade nacional e não seria a primeira que protagonizaríamos.

Me disseram, como se diz no povo, me disseram que já cá esteve gente de Beja para começar a preparar as eleições nos dois grupos políticos presentes nesta assembleia. Me disseram.

Para que façamos parte dos números. Para que tenham as suas bandeiras nos concelhos.

E mesmo que com autonomia (mas quem a define e como?) se organizem as listas eleitorais haverá sempre (será que não o sabemos todos?) quem converta a vontade do povo noutra bandeira.

Continuarei em Barrancos, continuarei a acompanhar como munícipe, como sempre o fiz desde que à terra dos meus avós regresssei a situação político-social.

Seja quem for que assuma a continuação da representação do povo terá a minha disponibilidade, para a crítica e o empenho.

Com verdade, com verdade vos digo. Ass) António Eloi"

3 - PERÍODO DE INSCRIÇÕES PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Seguidamente, e antes de dar início à apreciação e votação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, nos termos do art.º 19º n.º 2 do Regimento da Assembleia, o senhor presidente anunciou a abertura das inscrições para solicitação de esclarecimentos no período de intervenção do público:

Registou-se a inscrição do munícipe José André Salgueiro Garcia, residente da Travessa do Passeio, nº 1, em Barrancos, o qual solicitou informação/esclarecimentos à câmara sobre o "apoio financeiro do município às actividades culturais e desportivas e artísticas".

ORDEM DE TRABALHOS

APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Ao abrigo da alínea e), n.º 1 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi presente e apreciada a informação escrita e assinada pelo senhor presidente, complementada com uma exposição detalhada de todos os assuntos, designadamente:

XXVI CONGRESSO IBEROAMERICANO DE MUNICIPIOS

A participação no XXVI Congresso Iberoamericano de Municípios, que realizou em Valladolid, Espanha entre os dias 13 e 15 de Outubro de 2004, sob o tema geral "Democracia e Desenvolvimento Local". Foram também debatidos, entre outros assuntos, a Descentralização, a Participação dos Cidadãos, o Financiamento do Poder Local e o Desenvolvimento Sustentável.

GALA DOS PRÉMIOS 2003 – REVISTA TAURINA 6 TOROS 6

A celebração, no passado dia 15, na Hacienda Jacaranda, arredores de Madrid, da Gala de entrega dos Prémios 2003, da Revista Taurina 6 Toros 6 (a Revista Taurina mais conceituada de Espanha), onde foi atribuído à Câmara Municipal de Barrancos o prémio de Instituição do Ano “pelo facto de Barrancos ser um Povo que soube lutar até conseguir obter, do poder legislativo, a legalização das corridas com touros de morte” e porque “a luta triunfal de Barrancos merece o reconhecimento de todas as cidades taurinas do mundo”.

SEMINÁRIO SOBRE PROTECÇÃO CIVIL

A participação no passado dia 20 de Outubro, em Serpa, num Seminário sobre a Protecção Civil, organizado pelo Centro Distrital de Operações de Socorro de Beja. Neste seminário estiveram presentes, entre outras entidades, o Sr. Vice-Presidente do SNBPC, o Sr. Governador Civil, o Sr. Coordenador do CDOS Beja, o Sr. Presidente da Federação de Bombeiros do Distrito de Beja, diversas corporações de Bombeiros Portugueses, bem como, representantes do Consórcio responsável pelo Transporte de Doentes e Urgências (Extremadura - Espanha) e do INFOCA (Instituto de Prevenção e Combate a Fogos Florestais - Andalucia - Espanha).

SECÇÃO DE MUNICIPIOS COM ACTIVIDADE TAURINA DA ANMP

Realizou-se no passado dia 5 de Novembro, em Vila Franca de Xira, mais uma reunião da Secção de Municípios com Actividade Taurina da ANMP. Nesta reunião de entre outros assuntos, foi referido que a IGAC está a promover uma consulta pública, no âmbito da revisão do regulamento dos espectáculos tauromáquicos e que, apenas alguns municípios, promotores destes espectáculos, tinham sido convidados a pronunciarem-se na fase de elaboração do mesmo.

Foi entendimento dos presentes que, todos os municípios, nos quais se realizam actividades taurinas, deveriam ter sido consultados na fase de elaboração do referido regulamento, e não numa fase final, bem como, foi deliberado solicitar informações, através da ANMP, ao Ministério da Cultura.

Foi ainda ratificada, a proposta a apresentar ao Conselho Directivo da ANMP sobre a transferência de competências para os Municípios de responsabilidades pela realização de espectáculos tauromáquicos.

Mais, deu conhecimento a assembleia municipal do seguinte:

1 - A obra de repavimentação da Rua das Bicas está concluída. Com a conclusão desta obra, conclui-se também, o projecto denominado Reabilitação Urbana II Fase.

É de referir que projecto da Reabilitação Urbana II Fase, orçado em mais de 250.000 euros, foi candidatado ao PORA (Eixo I – Medida 4), com a garantia verbal do Gestor do Programa, à data Dr. Bento Rosado, que o mesmo seria financiado. Posteriormente, em Fevereiro de 2003, todos os presidentes de câmara do Alentejo foram convocados pelo referido Gestor do PORA, e informados que, afinal, a mencionada Medida 4 já não dispunha de verbas para fazer face às candidaturas apresentadas. Pelo referido, é perceptível que, até à presente data, não foram recebidas quaisquer verbas referentes ao dito projecto. No entanto, após contactos estabelecidos com o actual Gestor do PORA, Dr. João Transmontano e, depois de se concluir a Reprogramação do Programa, estamos esperançados que os projectos candidatados há mais tempo (como é o caso deste) venham a ser financiados, mesmo que a taxa de financiamento seja inferior à inicialmente prevista que era de 70%.

2 - A obra de “*Remodelação da Rede de Iluminação Pública*”, referiu que, a intervenção da responsabilidade da Câmara Municipal está praticamente concluída. No entanto, continuam em execução os trabalhos da responsabilidade da EDP e da PT.

Mais, referiu que com este projecto, se procedeu à iluminação exterior de toda a Igreja Matriz de Barrancos.

3 - A conclusão da obra de reparação da cobertura da Igreja Matriz de Barrancos. Mesmo não se tratando de uma obra executada pela Câmara Municipal, é de salientar que, só foi possível esta intervenção da máxima urgência, graças ao contributo financeiro que a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir, uma vez que, a candidatura que a Comissão Fabriqueira apresentou, para usufruir de financiamento do Poder Central, foi consecutivamente reprovada.

4 - A obra do Bairro Habitacional da Floresta, que embora não sendo um projecto da responsabilidade da câmara municipal, está quase concluída a I Fase.

Seguidamente, após a intervenção do senhor presidente da câmara, o senhor presidente da assembleia, questionou os membros da assembleia se estavam interessados em apresentar alguma questão sobre estes ou outros assuntos.

O membro António Elói Pereira de Azevedo solicitou os seguintes esclarecimentos:

- a) Sobre o não envio, como vinha sendo habitual, das actas das reuniões da câmara municipal, a partir de Setembro do corrente ano, bem como a documentação sobre os projectos Interreg IIIA, solicitados a câmara municipal?
- b) que a câmara municipal devia disponibilizar-se junto da Comissão Fabriqueira da Igreja Matriz de Barrancos, para que o exterior igreja volte a ser pintada como estava antes.
- c) Se a câmara recebeu alguma comunicação do Tribunal de Contas?
- d) Qual o ponto de situação da ETAR da Ferrenha?

Em resposta o senhor presidente da Câmara esclareceu o seguinte:

1 - Relativamente à primeira questão (actas), o senhor presidente da câmara remeteu o assunto para a mesa da assembleia. Sobre os demais documentos, questão que julgou resolvida, informou que iria tratar do assunto com o senhor vereador responsável.

2 - O edifício encontra-se pintado de acordo com o regulamento das cores a aplicar nas edificações no nosso concelho.

3 - O Presidente e Vereadores, individualmente, receberam uma comunicação do Tribunal de Contas, relativa a Conta de Gerência de 2002.

4 - Relativamente à ETAR da Ferrenha, que tinham vindo a realizar diversas reuniões com técnicos da CCDR Alentejo e da AMALGA, com o objectivo de encontrar uma solução que permita a conclusão da obra da ETAR da Ferrenha e a respectiva entrada em funcionamento da mesma.

Salientou, ainda, que o projecto de remodelação da ETAR da Ferrenha, está a ser desenvolvido e estará concluído em Janeiro de 2005.

Em relação as actas o senhor presidente da assembleia, informou o membro António Eloi, que iria solicitar esclarecimentos junto dos serviços/pessoal, designados para prestarem apoio a este órgão.

De seguida o membro António Eloi pediu a palavra para manifestar o seu agrado pela implementação no Concelho de Barrancos da Agenda Local 21 "Barrancos, Ambiente Raiano", projecto no qual participará a título individual, de acordo com a estrutura organizacional proposta pelos serviços municipais.

Referiu, ainda, que este projecto vai ser benéfico para o concelho de Barrancos, tanto a nível ambiental, social, económico e cultural.

APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: A assembleia tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria n.º 240, de 27/12/2004, tendo o mesmo sido complementado com uma informação verbal do senhor presidente da câmara municipal.

Deliberação n.º 18/AM/2004 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO) DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2005: Sob proposta da câmara municipal, a assembleia municipal deliberou, por maioria, com oito votos a favor dos membros, José Carlos Fernandes Durão, presidente, Mário Francisco Álvares Cavaco, 1.º secretário, Carla Elisa Bergano Gomes Pica, 2.º secretário, Domingos Maria Ruivo Pica (PS), Rosa Jordão Sezinando Ramos Pinto (PS), Manuel Torrado Marcelo (PS), Filipe José Barrocal Marcelo (PS), João Carlos Valério Torrado (PS), que remeteram para a declaração de voto que vão apresentar aquando a votação do Orçamento do Município para 2005, uma abstenção do membro Francisco António Florido Côco Oliveira (CDU), e cinco votos contra dos membros António Elói Pereira de Azevedo (CDU), João António Carvalho Gonçalves (CDU), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), Marisa da Conceição Gonçalves Ramos (CDU) e André Elvira Carvalho (CDU) e presidente da Junta de Freguesia de Barrancos, que também remeteram para a declaração de voto que vão apresentar aquando a votação do respectivo Orçamento do Município para 2005, aprovar as Grandes Opções do Plano (Actividades mais Relevantes e Plano Plurianual de Investimentos) do Município para o ano 2005, o qual totalizam em despesas definidas as seguintes importâncias:

a) Actividades Mais relevantes, no valor de € 672.636,00 (seiscentos e setenta e dois mil, seiscentos e trinta e seis euros).

b) Plano Plurianual de Investimentos, no valor de € 2.014.728,00 (dois milhões e catorze mil, setecentos e vinte e oito euros)

O presente documento ora aprovado, elaborado nos termos do Decreto-Lei n° 54-A/99, de 22/02, com as alterações introduzidas pela Lei n° 162/99, de 14/09, Decreto-Lei n° 315/2000, de 02/02 e Decreto-lei n° 84-A/2002, de 5/02, depois de assinado e rubricado pelos membros, fica anexo à presente deliberação, da qual faz parte integrante.

(Doc. um da pasta anexa)

Deliberação n.º 19/AM/2004 - APRECIACÃO E APROVAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRANCOS PARA O ANO DE 2005:

Sob proposta da câmara municipal, a assembleia municipal deliberou, por maioria, com oito votos a favor dos membros, José Carlos Fernandes Durão, presidente, Mário Francisco Álvares Cavaco, 1.º secretário, Carla Elisa Bergano Gomes Pica, 2.º secretário, Domingos Maria Ruivo Pica (PS), Rosa Jordão Sezinando Ramos Pinto (PS), Manuel Torrado Marcelo (PS), Filipe José Barrocal Marcelo (PS), João Carlos Valério Torrado (PS), que apresentaram a declaração de voto cujo texto abaixo se transcreve na íntegra, uma abstenção do membro Francisco António Florido Côco Oliveira (CDU), e cinco votos contra dos membros António Elói Pereira de Azevedo (CDU), João António Carvalho Gonçalves (CDU), André Augusto Bergano Rodrigues (CDU), Marisa da Conceição Gonçalves Ramos (CDU) e André Elvira Carvalho (CDU) e presidente da Junta de Freguesia de Barrancos, que também apresentaram a declaração de voto cujo texto abaixo se transcreve na íntegra, o seguinte:

1 - Aprovar, a proposta de Orçamento do Município de Barrancos para o ano 2005, cuja receita igual à despesa é de € 5.569.463,00 (cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e sessenta e três euros).

2 - O documento ora aprovado, elaborado nos termos do Decreto-Lei n° 54-A/99, de 22/02, com as alterações introduzidas pela Lei n° 162/99, de 14/09, Decreto-Lei n° 315/2000, de 02/02 e Decreto-lei n° 84-A/2002, de 5/02, depois de assinado e rubricado pelos membros, fica anexo à presente deliberação, da qual faz parte integrante.

"TRANSCRIÇÃO DE DECLARAÇÃO DE VOTO: Os membros da Assembleia Municipal de Barrancos, eleitos pelo Partido Socialista - PS. O presente Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2005 representa a confirmação de uma gestão rigorosa, iniciada pelo actual executivo, reflecte ainda a consolidação Orçamental de obras candidatas no ano transacto e de outras a candidatar no próximo ano, dando seguimento ao compromisso de programa assumido com o Povo de Barrancos.

Temos consciência que o Orçamento apresentado é suficientemente ambicioso, conseguindo conciliar um valor parco de receita com o grande volume "inalterável e desequilibrante" de despesas correntes.

Acresce ainda a actual situação vivida pelos municípios que vêm continuamente aumentar as suas competências sem as respectivas contrapartidas financeiras, agravadas por diversas limitações à sua autonomia e por constantes incumprimentos da Lei das Finanças Locais.

Mesmo com as condicionantes referidas anteriormente, temos consciência que este é um bom Orçamento pois o executivo tem vindo a apresentar, um conjunto de obras, que terá continuidade e que promove a Qualidade de Vida e o Desenvolvimento do Concelho.

Concluindo, acresce-nos salientar e exaltar o bom desempenho deste executivo ao longo destes três anos, uma vez que com exíguos recursos, sendo fiel aos seus compromissos, tem conseguido atingir os seus objectivos pelo que aqui reafirmamos a nossa total confiança nesta equipa e neste modelo de gestão idealizado com os Barranquenhos e para os Barranquenhos."

(...)

"TRANSCRIÇÃO DE DECLARAÇÃO DE VOTO: Os membros da Assembleia Municipal de Barrancos, eleitos pela Coligação Democrática Unitária – CDU, à excepção do membro Francisco António Florido Côco Oliveira, que se absteve. Votámos contra por entender que a elaboração deste orçamento continua a não ter a lógica de participação que de pedimos e por se bem que se vislumbre nos documentos políticos que o sustentam e ao fim de três anos alguns tópicos de estratégia, esta continua a ser omissa no que respeita a sustentabilidade, cultura e identidade, para nós essenciais.

Mais e substancialmente entendemos e cito nele "uma sobreavaliação das receitas poderá trazer dificuldades ao nível de tesouraria, no quadro da mobilização de créditos orçamentais de valor superior à receita". Isto quer dizer que não há sustentação alicerçada para as despesas previstas e os investimentos planeados, o que em ano eleitoral é particularmente grave.

Votámos contra por a exequibilidade das intervenções nele referidas estar sempre condicionada por diversos factores, como por exemplo, a aprovação de candidaturas para financiamento das mesmas, a celebração de protocolos de cooperação financeira, a possibilidade de recursos ao crédito, ou ainda, a factores exógenos à Câmara Municipal de Barrancos."

(...)

(Doc. dois da pasta anexa)

Deliberação n.º 20/AM/2004 - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO BAIXO ALENTEJO E ALENTEJO LITORAL, POR EXTINÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE BEJA: Ao abrigo e nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 11/2003, de 13 de Maio, a assembleia municipal de Barrancos, sob proposta da câmara municipal aprovada pela deliberação n.º 138/CM/2004, deliberou, por unanimidade, aprovar o documento sobre o assunto em título.

(Doc. três da pasta anexa)

Deliberação n.º 21/AM/2004 - APROVA A PROPOSTA DE ADESÃO A ASSOCIAÇÃO BARRANQUENHA PARA O DESENVOLVIMENTO: A Associação Barranquenha para o Desenvolvimento, abreviadamente ABD, é uma associação de desenvolvimento local constituída por escritura pública celebrada em 26/11/2003, no Cartório Notarial de Barrancos, com sede (provisória) na Rua Dr., Filipe de Figueiredo n.º 12, em Barrancos.

A ABD tem por objecto promover o desenvolvimento local e regional integrado, através de iniciativas nos domínios sociais, culturais, ambiental, cívico, recursos humanos, valorização do património natural e construído e o apoio às actividades produtivas, constituindo áreas de intervenção desta:

- a) Ensino, a educação e a cultura;
- b) Educação e formação profissional;
- c) Protecção e defesa do meio ambiente;
- d) Integração social e comunitária;
- e) Desenvolvimento rural;
- f) O fortalecimento da identidade local.

Tendo em conta o objecto social da associação e considerando as atribuições e competências municipais para o desenvolvimento local, será do interesse geral a adesão do Município de Barrancos, na qualidade de sócio-efectivo, mediante o pagamento da quota fixada para as pessoas colectivas (500,00 euros para 2004).

Tendo presente que, nos termos da alínea f), nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, é possível à CMB a criação ou participação em associações de desenvolvimento regional e de desenvolvimento do meio rural, sob autorização da assembleia municipal;

Reconhecendo o interesses público municipal dos fins estatutariamente prosseguidos pela Associação Barranquenha para o Desenvolvimento.

Assim:

A assembleia municipal de Barrancos, no uso da competência conferida pela alínea m), nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, pela deliberação n.º 21/AM/2004, de 27/12, sob proposta da câmara municipal aprovada pela deliberação n.º 140/CM/2004, de 15/12, autoriza o Município de Barrancos a associar-se à Associação Barranquenha para o Desenvolvimento, NIPC 506784290, com sede em Barrancos, mediante o pagamento da quotização fixada pelo órgão estatutariamente competente. (Obs: € 500,00 em 2004)

Deliberação n.º 22/AM/2004 - DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BARRANCOS NO PROJECTO "BARRANCOS - AMBIENTE ARRAIANO": A assembleia municipal deliberou, por unanimidade, designar para representantes da assembleia municipal no projecto "Barrancos - Ambiente Arraiano", os seguintes membros:

- Pelo Partido Socialista (PS)- O 1º secretário da Mesa da AM, Mário Francisco Álvares Cavaco;
- Pela Coligação Democrática Unitária (CDU) - O membro da AM, André Augusto Bergano Rodrigues.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Relativamente a este período, interveio o cidadão José André Salgueiro Garcia, residente na Travessa do Passeio, n.º 1, em Barrancos, que questionou o senhor presidente da câmara sobre o seguinte:

- Qual motivo da redução da verba na candidatura por ele apresentada ao projecto de "apoio financeiro do município às actividades culturais e desportivas e artísticas".

Em resposta o senhor presidente, mesmo referindo que a intervenção reporta-se a um tema da área de actuação da Câmara, e não da Assembleia, afirmou que as verbas atribuídas, através das candidaturas aos contratos-programa, baseiam-se nos projectos que sustentam as mesmas, no entanto, informou o Sr. José André que, se discorda dos montantes que lhe foram atribuídos ou, se entretanto, surgiram novas actividades que pretende desenvolver, deve contactar a Sra. Vereadora Dalila Lopes, no sentido de que a sua candidatura seja reanalisada ou solicitar a sua reformulação.

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA CÂMARA: Em cumprimento do estabelecido no n.º 5, do artigo n.º 48º, da Lei n.º 169/99, de 19/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01 e do n.º 5 do artigo 24º do Regimento, o senhor presidente da mesa da assembleia questionou os senhores vereadores presentes, se queriam exercer o direito de defesa de honra ou consideração.

Não interveio nenhum dos membros da câmara.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA: A minuta da presente acta foi aprovada por unanimidade.

Ainda, antes do encerramento da sessão, o senhor presidente da assembleia, interveio para desejar a todos os membros presentes (AM e CM) um Feliz Ano Novo.

Mais, fez questão de salientar, que durante estes três anos, a assembleia municipal, tem vindo a ser um órgão participativo nas intervenções dos seus membros, como também em termos de decisões/deliberações, permitindo aos intervenientes ultrapassar frequentemente o tempo determinado no Regimento para intervenções, promovendo assim o aprofundamento e qualidade destes, ao contrário de tempos anteriores em que, elementos da assembleia eram mandados calar, não pelo presidente da Assembleia como eventualmente e dentro do Regimento poderia acontecer, mas pelo Presidente da Câmara da altura.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO: Finalmente, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente da mesa da assembleia declarou encerrada a sessão, eram vinte e uma horas e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Manuel Damião Godinho, chefe da secção de pessoal, expediente geral e arquivo da divisão administrativa e financeira, servindo de secretário, subscrevo e assino juntamente com o senhor presidente da assembleia.

O PRESIDENTE DA AM,

/José Carlos Fernandes Durão/

O SECRETÁRIO,

/Manuel Damião Godinho/